STJ00115888

**Álvaro Rodrigues Junior**

# LIBERDADE DE EXPRESSÃO E LIBERDADE DE INFORMACÃO

## Limites e Formas de Controle

**2ª Edição**
**Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2023

STJ00115888

Visite nossos *sites* na Internet
*www.jurua.com.br* e
*www.editorialjurua.com*
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-65-263-0261-3**

JURUÁ EDITORA **Brasil** – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço Fone: (41) 4009-3900
CEP: 82.210-310 – Curitiba Paraná Brasil
**Europa** – Rua General Torres, 1.220 Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro - 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** Luiz Augusto de Oliveira Junior

Rodrigues Junior, Álvaro.
R696 Liberdade de expressão e liberdade de informação: limites e formas de controle./ Álvaro Rodrigues Junior./ 2ª edição./ Curitiba: Juruá, 2023.
206p.

1. Liberdade de expressão. 2. Liberdade de informação. 3. Direito. I. Título.

CDD 344.05(22.ed)
CDU 342.727

00029

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO** ..... 11

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO ..... 11

METODOLOGIA E SEQUÊNCIA DE ESTUDO ..... 15

**Capítulo I – O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO BASE FUNDAMENTAL E ESTRUTURANTE DE TODO O DIREITO** ..... 19

1.1 ESCORÇO HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ..... 19

1.1.1 Preliminares ..... 19

1.1.2 Direitos Fundamentais na Antiguidade ..... 19

1.1.3 Direitos Fundamentais na Idade Média ..... 20

1.1.4 A Necessidade do Estado Absoluto ..... 22

1.1.5 A Quebra da Unidade Religiosa e o Surgimento do Estado Liberal ..... 23

1.1.6 Os Modelos de Constitucionalismo ..... 24

1.1.7 A Positivação dos Direitos ..... 26

1.1.8 A Passagem para o Estado de Direito Social ..... 29

1.1.9 A "Internacionalização" dos Direitos e a Importância da Declaração Universal dos Direitos do Homem ..... 30

1.2 A "BANALIZAÇÃO" DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ..... 31

1.2.1 Da Extensão Ilimitada dos Direitos Fundamentais ..... 31

1.2.2 Da Necessidade de Critério de Interesse ou Carência ..... 33

1.3 O PRINCÍPIO SUPRACONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA ..... 34

1.3.1 Desnecessidade de Conceito Axiológico Formal ..... 34

1.3.2 Conceito de "Pessoa Humana": a Transcendência do Homem ..... 36

1.3.3 Desnecessidade de Reconhecimento Formal do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana nos Ordenamentos Jurídicos ..... 38

STJ00115888



**Capítulo II – OS DIREITOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E À LIBERDADE DE INFORMAÇÃO** ..... 43

2.1 LIBERDADE DE EXPRESSÃO ..... 43

2.1.1 Preliminares ..... 43

2.1.2 Distinção entre Liberdade de Pensamento e Liberdade de Expressão ..... 44

2.1.3 Alcance e Conceito da Liberdade de Expressão ..... 47

2.2 LIBERDADE DE INFORMAÇÃO ..... 48

2.2.1 Distinção entre Liberdade de Opinião, Liberdade de Expressão e Liberdade de Informação ..... 48

2.3 FUNDAMENTOS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO ..... 52

2.3.1 Preliminares ..... 52

2.3.2 Busca da Verdade ..... 53

2.3.3 Instrumento para o Processo Democrático ..... 54

2.3.4 A Realização Pessoal do Indivíduo ..... 55

2.4 O QUE SE PROTEGE? ..... 56

2.4.1 Preliminares ..... 56

2.4.2 Discurso Político ..... 56

2.4.3 Discurso Religioso ..... 57

2.4.4 Discurso Acadêmico ..... 57

2.4.5 Discurso Publicitário ..... 58

**Capítulo III – OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRACIA** ..... 59

3.1 A IMPORTÂNCIA E A FUNÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NA DEMOCRACIA ..... 59

3.1.1 Preliminares ..... 59

3.1.2 A Luta contra a Censura ..... 59

3.1.3 A Importância Política dos Meios de Comunicação Social ..... 61

3.1.4 A Função Social dos Meios de Comunicação Social ..... 63

**Capítulo IV – AS LIMITAÇÕES AOS DIREITOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E À LIBERDADE DE INFORMAÇÃO** ..... 67

4.1 O CONFLITO DE DIREITOS E A NECESSIDADE DE IMPOR LIMITES ..... 67

4.1.1 Preliminares ..... 67

4.1.2 Categorias dos Limites ..... 70

4.2 LIMITAÇÕES ABSOLUTAS ..... 72

4.2.1 Respeito à Vida ..... 72

STJ00115888



4.2.2 Respeito à Dignidade da Pessoa Humana ..... 76
4.2.2.1 Prevalência absoluta do princípio da dignidade da pessoa humana ..... 76
4.3 LIMITAÇÕES RELATIVAS ..... 80
4.3.1 Preliminares ..... 80
4.3.2 O Respeito à Intimidade da Vida Privada e Familiar ..... 82
4.3.2.1 Conceito de intimidade ..... 82
4.3.2.2 Vida privada e vida pública ..... 86
4.3.2.2.1 Pessoas que exercem uma atividade pública e se beneficiam dessa notoriedade ..... 87
4.3.2.2.2 Pessoas sujeitas a inquérito policial e/ou processo judicial ..... 89
4.3.2.2.3 Titulares de cargos políticos ..... 95
4.3.2.3 A intimidade da pessoa jurídica ..... 97
4.3.3 O Respeito à Honra ..... 99
4.3.3.1 Conceito de honra ..... 99
4.3.3.2 Titulares do direito à honra ..... 101
4.3.3.3 Conflitos da honra com a liberdade de expressão e informação ..... 103
4.3.3.3.1 Limites internos do direito de informação: interesse social e veracidade ..... 103
4.3.3.3.2 Direito de crítica ..... 112
4.3.4 Respeito à Imagem ..... 116
4.3.4.1 Conceito de direito à imagem ..... 116
4.3.4.2 Restrições ao direito à imagem ..... 120
4.3.4.3 Gravação de imagens por câmaras de circuito fechado ..... 124
4.3.5 A Proteção da Segurança Nacional ..... 125
4.3.5.1 A segurança nacional e a necessidade de publicidade dos atos dos poderes públicos ..... 125
4.3.5.2 Segurança nacional e Comissão Parlamentar de Inquérito ..... 128
4.3.6 A Proteção da Moral Pública ..... 130

**Capítulo V – FORMAS DE CONTROLE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** ..... 135

5.1 JUSTIFICATIVAS PARA O CONTROLE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ..... 135
5.1.1 As Razões da Necessidade de Controle Efetivo ..... 135
5.1.1.1 Garantia de pluralidade de ideias ..... 137
5.1.1.2 Garantia de qualidade da programação ..... 142

STJ00115888



5.2 FORMAS LEGÍTIMAS DE CONTROLE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ..... 144
5.2.1 Controle Administrativo ..... 144
5.2.2 Controle Judicial ..... 148
5.2.2.1 Preliminares ..... 148
5.2.2.2 Ineficiência da responsabilidade penal ..... 149
5.2.2.3 Tutela preventiva ..... 151
5.2.2.4 Tutela reparatória ..... 157
5.2.2.4.1 Publicação da retratação do ofensor ..... 158
5.2.2.4.2 Direito de resposta ..... 159
5.2.2.4.3 Publicação da sentença condenatória ..... 164
5.2.2.4.4 Indenização pelos danos patrimoniais ..... 165
5.2.2.4.5 Indenização pelos danos não patrimoniais ..... 168
5.2.2.4.6 Indenização pelo lucro da intervenção ..... 172
5.2.2.5 O controle da qualidade da programação mediante ação civil pública, no Brasil, e da ação popular, em Portugal ... 174

**CONCLUSÃO** ..... 179

**REFERÊNCIAS** ..... 187

**ÍNDICE REMISSIVO** ..... 193